



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**BELINA LOTH NAHANA**

**DESAFIOS E VIVÊNCIAS COM A MATERNIDADE:  
OLHAR DE ESTUDANTES NEGRAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**BELINA LOTH NAHANA**

**DESAFIOS E VIVÊNCIAS COM A MATERNIDADE:  
OLHAR DE ESTUDANTES NEGRAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Costa Santos.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**BELINA LOTH NAHANA**

**DESAFIOS E VIVÊNCIAS COM A MATERNIDADE:  
OLHAR DE ESTUDANTES NEGRAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado: 08/02/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Costa Santos (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Rita Cássia Santos Barbosa (Avaliadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amâncio Aquino Alves (Avaliadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>OBJETO</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>PROBLEMA DE PESQUISA</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>7</b>
<b>5</b>	<b>HIPÓTESE (S)</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
6.1	OBJETIVO GERAL	8
6.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
<b>7</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>9</b>
7.1	MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR	10
7.2	A MULHER E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO	12
7.3	MATERNIDADE, FEMINISMO E GÊNERO	13
7.4	ACÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES PUBLICAS: PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES MÃES	15
<b>8</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>17</b>
<b>9</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>19</b>
	<b>Referências</b>	<b>20</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa intitulado “Desafios e vivências com a maternidade: Olhar de estudantes negras em Universidades Pública”, compreende que a maternidade é vista como uma experiência que cada mulher tem depois de se tornar mãe. Atribuir única e exclusivamente a mulher os cuidados com os filhos nada mais é, para Ribeiro (2017), que sobrecarrega-la. (...) diariamente. Para o autor, as mulheres mães são coagidas, orientadas e instruídas a adquirir certas práticas relacionadas à maternidade, sendo obrigadas a se desdobrar física e psicologicamente em nome do “cuidado materno”, frequentemente tendo suas vontades próprias e características subjetivas surrupiadas com o propósito de manutenção do sistema patriarcal (RIBEIRO, 2017, p. 27).

A maternidade traz uma grande mudança na vida das mulheres, após o nascimento da criança, e que esta, é uma das grandes fases e que marcam novas responsabilidades nas vidas destas mulheres, que deixam de fazerem as coisas que lhes “competem”, ser ter tempos para si. Na vida acadêmica, pode –se observar que, cria-se alternativas como intercalar os dias de aulas ajustando os horários para não interferir com os dias de consultas médicas, como também procurar exercer uma atividade que visa garantir algum meio de sustentabilidade para suprir as despesas, uma vez que elas vivenciam esta realidade sem alguma planificação, o que altera o processo estudantil.

Segundo Giddens (1993), a “invenção da maternidade” faz parte de um conjunto de influências que afetaram as mulheres a partir do final do séc. XVIII: o surgimento da ideia de amor romântico; a criação do lar, a modificação das relações entre pais e filhos. O autor assinala que no final do séc. XIX houve um “declínio do poder patriarcal” com o “maior controle das mulheres sobre a criação dos filhos” referindo-se a um deslocamento da “autoridade patriarcal para a afeição maternal” (Ryan 1981, apud. Giddens, 1993, p.53).

Knibielher e Fouquet (1977), apontam que, a realização desse ideal de maternidade era impossível para as mulheres pobres, as classes dominantes que reinventaram a maternidade como vocação feminina exclusiva, estavam e continuam a estar em contradição absoluta com a realidade concreta, visto que “muitas mulheres trabalham no séc. XIX e devem assumir sua maternidade nas condições mais difíceis. A distância é imensa entre o ideal descrito e sonhado da mãe educadora, consagrada em tempo integral a suas crianças, e a vida cotidiana das mães de origem modesta”. (p.210).

As mulheres carregaram o confinamento ao silêncio e foram tornadas invisíveis, mas esses processos de opressão e exploração das mulheres compreendem a história, e uma das

razões do silenciamento, que faz parte da opressão sofridas pelas mulheres, está no “**silêncio das fontes**” (PERROT, 2007, p. 17), entendendo essa fonte como propositores desde a educação familiar patriarcal até as ações afirmativas instituídas pelas universidades e o governo.

A universidade, por sua vez, tem papel poderoso e de extrema importância no percurso da busca pela ascensão pessoal e profissional da mulher, tornando-se um suporte para alcance do objetivo. Bourdieu (2002), reitera que uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres, e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição, “é, sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que, estando relacionado com as transformações das estruturas produtivas (...), levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho”. (BOURDIEU, 2002, p. 108) Segundo Moreira (2012), apud Selvatty et al., (2013, p.229), pode-se citar algumas das ferramentas para que o empoderamento da mulher ocorra de fato, como melhoria nas condições de vida, inclusão social, educação e qualificação. Ideia essa que corrobora a relevância – acadêmica, social e profissional, de se pesquisar sobre as questões acerca desse “silêncio das fontes” na maternidade da estudante discente.

## **2 OBJETO**

Tendo como foco esse “silêncio das fontes”, o nosso projeto se ocupará de fazer um estudo dos principais desafios e vivências com a maternidade: olhar de estudantes Negras em Universidades Públicas, entender as dificuldades que as mesmas têm passando enquanto estudantes negras na maternidade, bem como, qual é intervenção social institucionalizada nos espaços de Educação superior.

## **3 PROBLEMA DE PESQUISA**

A problemática dessa pesquisa se dá em torno do fenômeno da maternidade e da realidade social das estudantes Universitárias negras, especificamente em Universidades Públicas.

No cotidiano, enquanto estudante universitária podemos observar que essas estudantes encaram diversas dificuldades e desigualdades sociais no dia-a-dia, provocando evasão por faltas de apoio de várias instancias desde um atendimento psicológico no que diz respeito a

condição maternal, e que também algumas vezes essas estudantes negras e mãe sentem-se discriminadas ou seja, abandonadas pelas próprias instituições.

Diante dessa problemática, esse projeto de pesquisa levanta a seguinte questão de partida:

- Quais os desafios e vivências que as estudantes negras enfrentam durante o processo da maternidade nas Universidades Públicas, por meio das fontes “silenciadas”?

#### **4 JUSTIFICATIVA**

A escolha do tema se deu a partir da observância do problema em causa, sobre os desafios e dificuldades que vivenciam estudantes negras na Universidade pública a qual sou estudante. Em compartilhamentos sociais, fica perceptível que esse fator não se faz de forma particular nessa instituição. Há um índice grande de evasão de mulheres negras ao se tornarem mães no período de graduação. Uma por falta de apoio psicológico, físico de um companheiro, outras por falta de Ações afirmativas institucional para permanência da estudante e o acolhimento da criança, outras por não ter outra pessoa que dividir as tarefas e cuidados da criança.

Hoje as Universidades Públicas em específico as Federais recebem anualmente um contingente de estudantes negras, muitas delas oriundas de famílias de renda baixa, se conhecer e descrever, levantar dados acerca da vida acadêmica de mulheres mães (estudantes negras), pode de alguma forma contribuir com políticas públicas de ações afirmativa para permanência dessas mulheres. Entendendo que, as políticas públicas, como um todo, visam equiparar os direitos dos cidadãos, em conformidade com o Princípio da Isonomia. Assim pode valer para a universidade, onde existem políticas internas a fim de oferecer assistência a suas estudantes.

Vale a ressalva que, o presente estudo não tem o objetivo de analisar a funcionalidade das políticas das Universidades Públicas, mas sim, de analisar a percepção das alunas gestantes pós ingresso em relação à efetividade e satisfação em relação às políticas assistenciais voltadas para o grupo pesquisado. Bem como, os fatores que mais afetam a produtividade da mesma.

Um outro fator que me impeliu a essa pesquisa se dá sem ordem nenhuma de prioridade, mas se encaixando no contexto, esta as relações de gênero e identidade racial – enquanto mulher negra, estudante internacional, vinda do continente africano, me apercebo numa relação de sonoridade, em específico porque colegas que entraram comigo na Universidade e hoje vivendo

o duplo papel de ser mãe e ser estudante de graduação expõe a dificuldade dessa conciliação. Reconhecendo que o fenômeno social da maternidade durante o período educacional da graduação em Universidades Públicas, requer uma apreciação apurada por meio de pesquisa acadêmica e análise de dados e relatos levantados com um olhar sociopolítico no que tange aos desafios da maternidade das estudantes negras nas Universidades Públicas.

A relevância dessa pesquisa está posta afim de criar subsídios que levem a compreensão dos fatores que aqui tratamos como “silêncio das fontes”, indo além do direito assegurado no Brasil para as estudantes grávidas, instituído pelo Decreto-lei no 1.044, de 1969, e pelo No 6.202, sancionada em 17 de abril de 1975, que “atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares” (BRASIL, 2016).

## **5 HIPÓTESE (S)**

A maternidade é uma experiência pessoal de uma mulher ao dar à luz a uma criança ou numa adoção. Essa construção é vista como um novo papel na vida da mulher, e que determina um ponto de inflexão nessa vida. Após a chegada da criança, muda a dinâmica social do dia a dia, a qual não podemos invisibilizar a necessidade de apoios em diversas vertentes. Dentro desse pressuposto, nesse projeto levantamos a seguinte hipótese de que o patriarcado, que provoca a mulher sentir que o cuidado dessa criança é um papel fundamental das mães, aliado à falta de Ações afirmativas nas Universidades públicas se torna um dos maiores desafios para a permanência dessas mulheres na Universidade, desde a gravidez.

## **6 OBJETIVOS**

### **6.1 OBJETIVO GERAL**

O presente trabalho tem como objetivo geral, identificar e analisar os desafios que as estudantes negras em Universidades Públicas enfrentam durante o processo da maternidade, visando compreender, os procedimentos que as Universidades Públicas têm para com estas estudantes que impactam na trajetória universitária.

## 6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Afim de atingir o objetivo geral proposto são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Levantar os desafios enfrentados pelas estudantes negras, mães, em Universidades Públicas;
- Apontar as consequências na trajetória acadêmica das mães estudantes negras na graduação de Universidade Pública;
- Compreender, de que forma tem sido a inclusão das estudantes negras, mães, nas ações afirmativas de políticas sociais nas Universidades Públicas, para permanência das mesmas.

## 7 REFERENCIAL TEÓRICO

Ser mulher é uma construção social que se estabelece nas relações com o outro, nas experiências e vivências ao longo dos processos de vida e varia em cada sociedade (comunidade, grupos sociais, etc.), a posição ocupada por cada indivíduo dependerá dos valores e normas agregadas às definições e entendimentos das categorias feminino/masculino (BEAUVOIR, 1980; SCOTT, 1995, 1998; MATOS, 2008). A “identidade da mulher torna-se, a partir desse prisma, tênue ou trivial sem a maternidade, que quando se realiza, por sua vez, manifesta-se cercada por imagens ideológicas, sociais e culturais, modelos, teorias, narrativas cotidianas que têm um impacto na experiência de muitas mães e, igualmente, não-mães”. (SÉVON, 2005, p. 464).

A maternidade é um assunto que perpassa a vida da maioria das pessoas, mesmo assim é frequentemente tratada com grande reducionismo. Na maioria das vezes, as discussões sobre essa temática envolvem crenças a respeito da maternidade enquanto componente intrínseco à vida das mulheres, ou ainda como demanda que não deve ser discutida, na medida em que é algo compreendido pelo senso comum como “subjetivo” ou até mesmo como “sagrado”, sentenciando essa experiência como parte constitutiva da vivência das mulheres, ou que, ao menos, devesse ser. (BAIA, 2020, p. 12).

Segundo Scavone (2004) apud (Baia, 2020, p.13), “considero a maternidade elemento fundamental para as discussões de gênero em nossa sociedade, pois pensar sobre isso é se deter

num aspecto que contribui com a intensificação das desigualdades de gênero. Segundo a autora, essa intensificação não acontece pela maternidade em si, mas por todos os esforços na empreitada de ter filhos/as que recaem sobre as mulheres. Neste contexto, “a maternidade é um grande desafio e uma fase de descobertas para a mulher, na qual o apoio familiar e social é imprescindível. (STRAPASSON & NEDEL, 2010, p.524). “A maternidade, na maioria das vezes, é uma experiência agradável, mas nos tempos atuais acaba por trazer dúvidas e receios, e muitos julgamentos por parte da sociedade” (DA ROSA, 2018, p. 164). De acordo Steves (2007), vai entender que a maternidade, por muito tempo a maternidade foi considerada uma experiência puramente biológica, fixada literal e simbolicamente nos limites do domínio privado e emocional. Hoje, debatemos a função e o status da maternidade no espaço público, e sua complexidade aumenta à medida que o sentido de maternidade se diversifica, uma vez que à mãe tradicional [esta que falávamos a pouco] vem juntar-se a mãe adotiva, a mãe lésbica, o homossexual que materna, a mãe de aluguel, a mãe adolescente, a mãe solteira, a mãe prisioneira, a mãe pobre, a mãe negra, a mãe genética”. (STEVES, 2007. p.18).

Parseval (1986), afirma que a “maternidade se inscreve num sistema de códigos articulado e estruturado ideologicamente, indissociável das concepções correntes de homem, mulher, família, criança. Encaixa-se, então, num esquema mais amplo de representação. Nossa cultura destaca, como momentos privilegiados da trajetória feminina, gravidez, parto, amamentação, vínculo mãe-filho, em detrimento de outros, fundamentando a ideia de maternidade como meta inevitável”. (PARSEVAL, 1986, p.76). E Segundo Paim (1998, apud OLIVEIRA, 2008), afirma que a “gravidez e a maternidade não são apenas fenômenos biológicos, mas, também, fenômenos do contexto cultural, social e afetivo. Ou seja, ainda que a gravidez ocorra dentro do corpo da mulher, as responsabilidades e os significados são construídos dentro do âmbito social em que a gestante está inserida”.

## 7.1 MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR

A educação superior, hoje, desenvolve um importante papel para a sociedade, pois “a produção do conhecimento, é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais” (BRASIL, 2000, p. 33). Segundo Almeida (2007, p.07), acerca da educação para as mulheres, afirma dizendo que assim, educadores, intelectuais, governantes e legisladores se encarregaram de elaborar as leis e decretos, criaram os regimentos das escolas normais e liceus femininos, compuseram seus currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e dos manuais escolares. Já haviam feito isso na

educação básica e superior, sendo os principais conhecedores das regras e das normas educacionais. Para Chauí (2003, p.5), aborda dizendo que a “Universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. Ainda analisando a universidade como uma instituição social, Chauí (2001, p.125), explica que a especificidade da Universidade: “ser uma instituição social constituída por diferenças internas que correspondem às diferenças dos seus objetos de trabalho, cada qual com uma lógica própria de docência e de pesquisa”.

De acordo Aragão e Kreutz (2010, p. 109), abordam dizendo que no “período colonial no Brasil a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos”. Segundo Perrot (2007), relata que a escolarização das meninas no primário operou-se nos anos 1880; no secundário, em torno de 1900; e o ingresso das jovens na universidade aconteceu entre as duas guerras, e maciçamente a partir de 1950. (PERROT, 2007, p.94). As mulheres carregam o confinamento ao silêncio e foram tornadas invisíveis, mas esses processos de opressão e exploração das mulheres compreendem a história, e uma das razões do silenciamento, que faz parte da opressão sofridas pelas mulheres, está no “silêncio das fontes” (PERROT, 2007, p. 17).

A mulher, ao longo de muitas décadas, foi deixada fora da parte pública da sociedade. Sua participação na política era proibida, e sua educação era restrita. Vista como a salvadora da humanidade, era da sua natureza amparar e consolar, sendo o seu lugar no âmbito doméstico, dispendendo cuidados à família e ao lar. Ao homem lhe era conferido o dever de proteger, de decidir e ser a razão lúcida. Considerava-se legítima a exclusão das mulheres de todo o direito político, com base no que acreditavam ser uma “lei natural”: em toda mulher existe uma mãe em potencial. (MONTEIRO; GATI, 2012).

É de concreto que o papel da mulher na atualidade e da transformação da mesma ela se deu nas últimas décadas atrás influenciando o seu papel e a sua posição na sociedade. Atualmente os valores e práticas que as mesmas vivenciaram mudaram. Hoje a mulher consegue uma inserção digna em várias esferas do saber, com maior inserção por mais que ainda seja uma luta. Para o enfrentamento da necessidade de formação educacional dos brasileiros, a política pública estruturante, isto é, as macro diretrizes estratégicas adotadas – se apresenta no modelo de educação superior brasileiro, baseado na oferta pública gratuita por meio de universidades públicas estatais e a oferta paga oferecida por universidades privadas. Dentro deste modelo estruturante, o governo pode ter várias políticas de nível intermediário e operacional. (SECCHI, 2015, p.07).

## 7.2 A MULHER E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

Para Bourdieu (2002, p. 20) “a diferença biológica entre os sexos [...] pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho”. Ou seja, se a diferença biológica, vista como diferença natural e socialmente construída, é determinante para as limitações das mulheres, por que não pensar em formas ou em políticas compensatórias? A desigualdade, advinda das diferenças entre sexos, é um imperativo de dificuldades no mercado de trabalho para as mulheres, portanto o Estado torna-se o principal responsável em buscar reparações sobre as desigualdades entre os gêneros. Já Scott (2005) vai entender que “quando a exclusão das mulheres da cidadania foi legitimada pela referência às diferentes biologies das mulheres e dos homens, a ‘diferença sexual’ foi estabelecida não somente como um fato natural, mas também como uma base ontológica para diferenciação política e social”. (SCOTT, 2005, p. 20-21).

Segundo González (1983), no seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* a aborda de forma contundente a situação social e racial da mulher negra no Brasil. A autora nos leva a pensar que as formas de desigualdades e de opressão, de violências simbólicas, de submissão e coisificação do corpo da mulher, têm na verdade suas gênesis no passado colonial. Essas mulheres continuam destinadas e designadas nos mesmos lugares dentro da cultura brasileira. Um dos aspectos típicos dessa cultura é o que ela descreve de “neurose cultural brasileira”. A sociedade brasileira nega a existência desses problemas, como ela mesma pontou, há uma resistência em priorizar o debate sobre raça e sexo, se fixando apenas nas questões de classe. A hiper-sexualização do corpo da mulher, representada na figura da mulata e outro aspecto que a autora se debruça. Ela é agitada, lembrada em época de carnaval, mas volta ser esquecida e confundida como doméstica depois que passa a euforia do festejo. Daí a grande necessidade de se adotar um discurso interseccional, em que as categorias de sexo, gênero e raça e cruzam. É nessa lógica categoricamente sobre a necessidade de enegrecer o feminismo, pensar a luta feminista numa vertente exclusivamente negra, pra mulheres negras.

Segundo Santana e Benevento na pesquisa “O Conceito de Gênero e suas Representações Sociais” (2013) apresentam como se dá o processo de desigualdade de gêneros no meio social:

[...] O destino de identidades e atividades como a separação dos âmbitos de ação para homens e mulheres, que estão valorizados de forma diferente, é a expressão social da desigualdade. Desta valorização desigual surge um acesso também desigual ao poder e aos recursos, o que hierarquiza as relações entre homens e mulheres. As diferenças nas remunerações no mercado de trabalho, por exemplo, são partes importantes da

desigualdade entre os sexos. Mas existem muitas outras esferas de benefícios diferenciados: na divisão do trabalho dentro do lar, no grau de cuidados ou de educação recebidos, na liberdade de escolha, respeito ao tipo de vida que se deseja levar”. (SANTANA; BENEVENTO, 2013, p. 1).

Vivemos em uma sociedade hierarquizada, onde a desigualdade é a norma, seja do ponto de vista de classe, gênero, étnico racial, e também geracional, de modo geral, ainda predomina a visão de família nuclear patriarcal em que o homem é considerado como o chefe da família e a esposa, por sua vez, deve se comportar segundo o papel prescrito pelo modelo heteronormativo patriarcal. (AGUIAR, 2000). A “divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, restrições que se definem pelo gênero, pela raça e pela classe social conformam as escolhas, impõem desigualmente as responsabilidades e incitam a determinadas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras”. (BIROLI, 2016, p. 737).

Segundo a autora Davis (1944), apresenta a seguinte abordagem:

Embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. Como a propaganda popular representava todas as mulheres em funções de papéis que elas exerciam no lar, mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública. Fora de sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. [...]A exploração que sofriam era ainda mais intensa do que de seus colegas homens. Nem é preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobre lucro exorbitante para os capitalistas. (DAVIS, 1944, P. 230).

E de acordo Connell (2012), as “estruturas de gênero e de classe são criadas sob condições únicas no mundo colonial, e não simplesmente importadas ou modificadas. Sempre que mencionamos o outro componente das análises “interseccionais” atuais – raça –, estamos diante de uma das mais fundamentais criações do colonialismo, pois conceitos modernos de raça são precisamente um produto tardio do Império”. (CONNELL, 2012, p. 12).

### 7.3 MATERNIDADE, FEMINISMO E GÊNERO

A teoria feminista contribuiu para verbalizar a tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade. O feminismo libertário, que politizou as relações da vida privada, valendo-se da reflexão sobre questões ligadas à esfera da vida íntima, colocou em destaque, nos anos setenta (continuando pelos anos oitenta) a discussão

do significado da maternidade. (SCAVONE, 2001, 52). Já Segundo Dandurand (1994), afirma que “as posições das mulheres sobre a maternidade se situam num contínuo entre dois polos: um, no qual, a condição materna é vista como exasperante, exigente ou mesmo destruidora; o outro, na qual ela é apresentada como única, rica e insubstituível”. (DANDURAND, 1994, p.9).

Segundo autora Scavone (2004), vai entender que

Os estudos feministas de então privilegiaram a maternidade para explicar a situação de desigualdade das mulheres em relação aos homens. Por parte das correntes teóricas radicais, considerava-se a maternidade como o eixo central da “opressão das mulheres”, já que sua realização determinava o lugar das mulheres na família e sociedade. Portanto, a recusa consciente da maternidade foi o caminho proposto por esse feminismo para alcançar a liberdade. Esta recusa consistia em uma tentativa de negar o fatalismo biológico feminino da maternidade, romper com o determinismo dado pela natureza, já que ele era um argumento forte para justificar as desigualdades entre os sexos. (SCAVONE, 2001, 52).

E de acordo Cisne (2015), destaca que:

A perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essencial natural feminina. Dessa forma não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócias históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino. (CISNE, 2015, p.30).

De acordo Collins (2017), aborda que “uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras, (...) e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. (COLLINS, 2017, p.8). Ainda, para o IPEA (2014), há críticas de que a então Secretaria de Políticas para as Mulheres, atualmente extinta, não conseguiu avançar para além da pauta do combate à violência contra as mulheres e implementar ações em outras áreas de combate às desigualdades de gênero com a mesma força que aplica contra a violência. Nos eixos da saúde, educação, trabalho, participação política e seguridade social, a atuação é bastante limitada e suas campanhas de sensibilização e parcerias em projetos são de pequeno alcance. (AZZOLIN; YANNOULAS, 2016, p.17).

#### 7.4 AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES MÃES

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gêneros e outros. Portanto as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (SANTOS, 2001, apud ADÃO, 2010 p. 345). Já para os autores Silva (2010), e Abreu (2012), sobre as ações afirmativas eles abordam que “são políticas que dão vida à constituição federal no que diz respeito à igualdade material, bem como são importantes instrumentos na luta contra a discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”. (SILVA JR., 2010, p. 25 apud ABREU; TIBBLE, 2012, p. 114).

De acordo Heringer (2018), em relação as ações afirmativas nas Universidades Públicas/Privadas ela aborda que “as instituições que começaram a implantar programas de ação afirmativa na primeira metade da década de 2000 têm apresentado periodicamente resultados de avaliações institucionais que apontam os efeitos dessas políticas na distribuição de oportunidades educacionais no ensino superior e nos trazem importantes indicadores sobre o papel estratégico desses programas ao possibilitar a formação de novos profissionais que chegam ao mercado de trabalho como a primeira geração beneficiada pela ação afirmativa. Saber como o mercado de trabalho vai recebê-los é uma tarefa importante para compreender o alcance dessas políticas”. (HERINGER, 2018, 11).

Consoante as essas políticas de assistência para permanências das/os estudantes, Menezes (2012), em sua definição de políticas de assistência, vai afirmar essas assistências elas podem “ser traduzida como um mecanismo de direito social: que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior”. (MENEZES, 2012, p. 73).

Essas assistências que são disponibilizados pelas Universidades Públicas, para permanência das/os estudantes elas subdividem em cinco blocos, como vamos apresentar aqui, de acordo com as pesquisas feitas: Primeiro temos Bolsa auxílio/Permanência; Segundo temos Moradia (A/o estudante recebe auxílio moradia ou ocupação em umas das vagas na residência

estudantil); Terceiro temos o Auxílio Alimentação (O auxílio alimentação são destinadas para alimentação, ou a gratuidade do Restaurante Universitário); Em quarto temos o auxílio Transporte (A/o estudante recebe o auxílio financeiro destinado para o transporte); Em quinto temos Outros benefícios: (Auxílio creche, ou auxílio maternidade, entre outros), esses auxílios que é denominado como assistência estudantil é disponibilizado pelo governo federal.

No que diz respeito ao auxílio creche e maternidade, sendo um dos focos principais para a permanência das estudantes mães nas Universidades Públicas, iremos exemplificar os dois temas de uma forma mais simplificada onde na qual iremos a apresentar algumas autoras/es que tratam sobre as temáticas, a seguir temos:

#### **a) Auxílio Creche:**

A concessão do Auxílio Creche visa buscar contribuir para a permanência do/a estudante mãe e pai na universidade. Das vagas a serem definidas para esta modalidade, 10% serão reservadas aos estudantes pais. (UNIVASF, 2018, p. 01). Segundo as autoras Soares e Dias (2019), abordam que a “creche pública é direito das mulheres, crianças e famílias, garantido na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Demanda histórica dos movimentos de mulheres e feministas, setores da educação e do movimento estudantil, garantido nas Instituições Públicas de Ensino Superior a partir do Decreto n° 7234 de 19 de julho de 2010 que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)”. (SOARES, e DIAS, 2019, p.1).

D e acordo a Central Única dos Trabalhadores (2012), “Um direito das crianças, mas é também um direito das mulheres, responsabilizadas, na maioria das vezes, pelas tarefas do cuidado e da reprodução - o chamado trabalho reprodutivo (cuidar de filhos e filhas, de doentes, de idosos, de maridos e dos afazeres domésticos). Com todas essas responsabilidades atribuídas às mulheres, é necessário colocar em prática políticas públicas de apoio e compartilhamento dos trabalhos de reprodução da vida, que possibilitem a elas construir autonomia econômica (capacidade de providenciar seu próprio sustento e do que delas dependem), fator essencial para que se constituam como sujeitos de direitos. Neste sentido, nossa luta por creches tem dois aspectos indissociáveis: é um direito das crianças, mas é também um serviço essencial para a autonomia das mulheres”. (CUT, 2012, p. 09).

### **b) Auxílio maternidade:**

A licença-maternidade na faculdade é um direito garantido às mulheres e representa um passo na luta pela igualdade. Além disso, ela contribui para diminuir o abandono escolar. De acordo com uma pesquisa do Ministério da Educação em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), a evasão escolar motivada por uma gestação atinge cerca de 18,1 das mulheres entre 18 e 29 anos contra 1,3 dos homens. (CUT, 2020, p.01).

A Lei nº 6.202, de 1975, atualizou o decreto-lei (DL) 1.044/69 e estendeu às mulheres grávidas o regime de exercícios domiciliares, que era concedido às pessoas doentes e impossibilitadas de frequentar a escola. O prazo de três meses foi estendido pela Câmara em março de 2018. Assim, o afastamento temporário pode chegar até os seis meses. Atualmente, a estudante pode realizar exercícios, trabalhos e provas em casa. Entretanto, estágio obrigatório e aulas práticas em laboratório deverão ter a sua carga horária cumprida. (CUT, 2020, p. 2).

## **8 METODOLOGIA**

Tendo em foco o problema da pesquisa, seguir-se-á uma abordagem qualitativa no intuito de desenvolver uma análise baseada nos relatos das estudantes negras, mãe aqui pesquisadas e o que se pretende alcançar com os objetivos (geral e específicos), onde faremos o uso da método qualitativo e estudo de caso.

Gerhardt e Silveira (2009), afirmam que quando usado o método qualitativo este método: “Os pesquisadores buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito para dar solução a um problema, porém, não quantificam os valores, justamente pelo simples factos de os dados analisados serem de origem não métricas”. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 32).

Segundo Strauss & Corbin (1998),

O método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. O método fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, a fim de responder nossa questão. De acordo Gerhardt e Silveira (2009), “metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa”, e métodos são “os procedimentos (métodos e técnicas). (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 13).

A pesquisa bibliográfica, neste sentido, considera Gil (2002), como sendo aquela que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). A pesquisa documental, ainda segundo Gil (2002), “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. (**Ibidem**, 2002, p. 44). Por fim, a pesquisa de campo por sua vez, diz Gil (2002) que é caracterizada pela procura muito mais aprofundada das questões propostas. O autor ainda ressalta que “no estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes” (**Ibidem**, 2002, p. 53).

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 195), “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. Para os mesmos autores afirmam que “entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal” (**Ibidem**, 2003, p. 197).

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 72) o pesquisador “permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. Dessa maneira, a escolha da entrevista semiestruturada se compreendeu de forma satisfatória, de forma que as entrevistadas pudessem sentir-se livres em suas respostas e opiniões. A análise dos dados obtidos será feita através da técnica de análise de conteúdo temática, que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 84) “a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência”. O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos. Para Prus (apud MOREIRA, 2002, p. 50-1), a tarefa de “dupla hermenêutica” justifica-se pelo fato de os investigadores lidarem com a interpretação de entidades que, por sua vez, interpretam o mundo que as rodeiam. E com isso, a proposta é fazer grupo focal com as estudantes negras.

Entendendo que Metodologia , são os caminhos (logia ) na utilização dos diversos métodos apontados na pesquisa, dessa forma teremos como trato para alcançar os objetivos, sem que seja exatamente nessa ordem : 1) Levantamento bibliográfico de autores, sociólogos , psicólogos e assistentes sociais, que discutem acerca das categorias de análise previamente



## Referências

- ABREU, M.A.; TIBLE, J. **Políticas inovadoras no cenário federal, a visão dos ministros da igualdade racial**. In: RIBEIRO, M. (org). **Política de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- ADÃO, Jorge Manoel. **Ações afirmativas em educação: políticas de cotas em universidades públicas**. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (org). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Dados eletrônicos – 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 380 p.
- ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Autores Associados, 2007.
- AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. *Sociedade e estado*, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.
- ARAGÃO, M; KREUTZ, L. **Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações**. *Conjectura, Caxias do Sul*, v.15, n.3, p. 106-120, dez. 2010.
- AZZOLIN, Agatha Marina e YANNOULAS, Silvia Cristina. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Necessidades práticas ou interesses estratégicos?** Vol.4, N.1, Jan - Abr. 2016,
- BAIA, LUARA PAULA VIEIRA. **Maternidade tem cor?** Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Maringá – PR- 2020.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, FLÁVIA. **Divisão sexual do trabalho e democracia**. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª ed. Tradução de Maria Helena Kühner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Congresso Nacional. Plano Nacional da Educação**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso em: 14 de junho de 2016.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Creche um direito da criança, da família e um dever do Estado: subsídios para o debate e ação sindical**. São Paulo, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva**. *Revista Brasileira de Educação*. 2003.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. / Mirla Cisne. --2.ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CONNELL, Raewyn (2012); tradução de MAIA, João, (2012). **A iminente revolução na teoria social**. 2012

COLLINS, Patrícia Hill. SE PERDEU NA TRADUÇÃO? **Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. ISSN: 2317-4919, V.5, N.1, Jan/jun., 2017

DA ROSA, JAQUELINE MACIEL TONIOLO et al. **Vivências de mulheres que se tornam mães no contexto acadêmico**. *Disciplinarum Scientia/ Saúde*, v. 19, n. 2, p. 161-167, 2018.

DANDURAND, R. B. *Femmes et familles: sous le signe du paradoxe*. RF, v.7, n.1, p.1-21, Québec, 1994.

DAVIS, Angela, 1944- **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

EDUCA MAIS BRASIL. **E+B Educação**, c2020. **Como funciona a licença maternidade para estudantes**. 2020 Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/como-funciona-a-licencamaternidade-para-estudantes>, acesso em: 21 de janeiro de 2022

GERHARDT, Tatiana Engel, e SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 120 p.

GIDDENS, A. **A transformação da Intimidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas: São Paulo, 2002, 176 p.

GONZALEZ, Lélia. “**Racismo e sexismo na cultura brasileira**”. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

HERINGER, Rosana. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico**. 2018

KNIBIELHER, Y; FOUQUET, C. *Histoire des Mères*. Paris: Montalba, 1977.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 2003 311 p.

MATOS, VANESSA CRISTINA SANTOS. **Uma análise sobre participação política (ações afirmativas)** e cidadania feminina. Antíteses, v. 9, p. 171-178, 2008.

MENEZES, S. C. Assistência estudantil na educação superior pública: O programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado). 2012

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A mulher na história da educação brasileira: entraves e avanços de uma época. A mulher na história da educação brasileira: entraves e avanços de uma época**. Joao Pessoa, 6 dez. 2019. DOI Anais Eletrônicos ISBN 978 85 7745 551 5. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf). Acesso em: 6 dez. 2019.

- MOREIRA, N. C. et al. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, mar./abr. 2012.
- OLIVEIRA, R.C. **Adolescência, Gravidez e Maternidade**: a percepção de si e a relação com o trabalho Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.93-102, 2008
- PAIM, H. H. S. **Marcas no corpo**: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (Org.). Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 31-47.
- PARSEVAL, G.D. **A parte do pai**. [Trad. Theresa Cristina Stummer]. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- PERROT, Michel le. **Minha história das mulheres**. Joao Pessoa: CONTEXTO, 2007. 190 p.
- RIBEIRO, FLAVIA GRIPP. **Mães estudantes**: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2017.
- SANTANA, V.C.; BENEVENTO, C.T. *El concepto de género y sus representaciones sociales*. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 176, enero. 2013.
- SCAVONE, L. *Motherhood: transformation in the family and in gender relations*. *Interface \_ Comunic*, Saúde, Educ,v.5, n.8, p.47-60, 2001.
- SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida**: feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: editora UNESP, 2004.
- SCOTT, J. W. **O Enigma da Igualdade**. *Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 13, n. 1, p.11-30, janeiro-abril/2005.
- SCOTT, JOAN. **O Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v.20, n.2, julho/dezembro 1995.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- SOARES, Brenda Vanessa Pereira; DIAS, Marly de Jesus Sá. **Creche nas universidades**: um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes-mães na graduação. 2019
- STEVENS, C. M. T. **Maternidade e feminismo**; diálogos na literatura contemporânea. In: STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e feminismo**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- STRAPASSON, Marcia Rejane; NEDEL, Maria Noêmia Birck. **Puerperio imediato: Desvendando o significado da maternidade**. PUERPERIO IMEDIATO Desvendando o significado da maternidade, Porto Alegre, v. 31, ed. 3, setembro 2010.
- STRAUSS, A., & CORBIN, J. *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory* (2nd ed.). Sage Publications, Inc. 1998.

SÉVON, E. *Timing Motherhood: Experiencing and Narrating the Choice to Become a Mother*. *Feminism & Psychology*, v.15, n. 4, p.461-482, 2005.